

REFUGIADOS E A PANDEMIA COVID-19: OS IMPACTOS SOCIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Flávia Padilha de Vargas¹; Larissa Rosso Dutra¹; Dieine Aparecida Maia Bevilacqua³; Ângela Maria Cristino Tavares¹; Gabriély Nunes Moreira⁵

¹Acadêmica do curso de Psicologia, Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA), Santa Maria, Rio Grande do Sul.

³Psicóloga, Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA), Santa Maria, Rio Grande do Sul.

⁵Psicóloga, Centro de Ensino Superior Dom Alberto, Santa Maria, Rio Grande do Sul.

DOI: 10.47094/ICNNESP.2021/124

RESUMO

As organizações mundiais de saúde têm emitido alertas para os governantes, acerca de que os efeitos da pandemia aprofundam-se em contextos vulneráveis. Desse modo, o estudo tem como objetivo descrever alguns dos possíveis impactos sociais subjacentes da Pandemia COVID-19, para os refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil. O método consiste em uma revisão narrativa de literatura, que utilizou como descritores: refugiados; migrantes forçados; COVID-19; Brasil. Os resultados deste estudo evidenciam que a crise sanitária no Brasil gerou diversos impactos sociais negativos na vida dos refugiados, em torno da proteção e integração, condições de trabalho, acesso à saúde e assistência social para essa população.

PALAVRAS-CHAVE: Refugiados.COVID-19. Brasil.

ÁREA TEMÁTICA: Condições Sociais e de Saúde.

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 mostra-se como um desafio perante as nações e aos chefes de estados, tal evento ecoa diretamente na vida das populações, principalmente, daqueles grupos que estão imersos em contextos vulneráveis. Nesse sentido, a literatura aponta que os migrantes internacionais estão entre os grupos mais atingidos em pandemias (PIRES, 2020; KABIR; AFZAL; AHMED, 2020; RODRIGUES; CAVALCANTE; FAERSTEIN, 2020).

Cabe aqui ressaltar, que o Brasil apresenta uma intensificação dos fluxos de migração nos últimos anos, segundo os dados apresentados na 5ª edição do relatório Refúgio em Números, esse incremento decorre principalmente das solicitações realizadas pelas pessoas de nacionalidade venezuelana, que vivenciam uma crise no seu país de origem. Os dados presentes no relatório referente ao ano de 2019, apontam que cerca de 65 % são solicitantes de origem venezuelana (SILVA; CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Feita estas considerações iniciais, é evidente que no contexto brasileiro, as questões em torno das migrações forçadas em relação com o momento atual, da crise sanitária vivenciada no Brasil apresentam-se como relevantes, desse modo o trabalho busca descrever alguns dos possíveis impactos, agravamentos das condições sociais que emergiram na pandemia da Covid-19 para os refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil, com intuito de conhecer e posteriormente poder pensar em estratégias e ações que reduzam os impactos da pandemia covid-19 a essa população no Brasil.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada no mês de maio de 2021, foi elaborada a partir de produções científicas já desenvolvidas. Caracteriza-se como uma revisão narrativa de cunho descritivo, não sistemática, a partir de livros e artigos científicos que abordam o impacto social da Pandemia COVID-19 e seus desdobramentos para as populações de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil (GIL, 2010). Para tanto, as ferramentas de busca envolvem a base de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), e o índice e repositório bibliográfico, Literatura Latino-americana e do Caribe (LILACS). Foram utilizados os seguintes descritores: refugiados, deslocamentos forçados, COVID-19 e Brasil. Quanto ao desenvolvimento da busca, os descritores foram articulados com os operadores booleanos (or) e (and). No que concerne aos critérios de inclusão, foram abarcados estudos produzidos entre o ano de 2020 e 2021, composto por pesquisas nos idiomas português e inglês. Além disso, excluiu-se os estudos que não tratavam do objeto de pesquisa, os impactos sociais gerados a partir do contexto da pandemia COVID-19 para os refugiados no Brasil. De modo complementar foram utilizados artigos não indexados, nas principais bases de dados, com o objetivo de consolidar o desenvolvimento da pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os refugiados são pessoas que de modo forçado deixam o seu país de origem para buscar proteção em outra nação, isso ocorre devido às mais diversas formas de perseguição e violação dos direitos humanos. O Brasil apresenta normativas nacionais para proteção dos refugiados, sendo a mais recente Lei nº 13.445 conhecida como Lei da Migração, que visa proteger, integrar e resguardar os direitos dos refugiados no Brasil (RAMOS 2020; RODRIGUES; CAVALCANTE; FAERSTEIN, 2020).

Em contrapartida, no primeiro semestre de 2020, com a pandemia em curso, houveram a propagação de uma série de normativas interministeriais no Brasil que visavam o fechamento de fronteiras para não nacionais. Tal processo culminou com a unificação por meio da Portaria nº 255, que dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, considerado um marco infralegal. Tais medidas, apesar de terem como objetivo a não propagação do vírus, também repercutiram negativamente na vida dos refugiados e solicitantes de refúgio, uma vez que o documento impede que se possa realizar a solicitação de refúgio, e excluía

explicitamente venezuelanos das exceções. Por efeito, o documento viola direitos que constam na Lei da Migração e fere o princípio de não discriminação que consta no 3º artigo, inciso IV presente na Constituição da Federal de 1988, quando exclui explicitamente as pessoas de origem venezuelana (RAMOS, 2020; MARTUCELLI, 2020).

Nesse sentido, o estudo realizado pela autora Martucelli (2020, p. 1452) aponta que muitos refugiados estavam tentando trazer a família, por meio do procedimento da reunião familiar, alguns já tinham o visto e passagens compradas, no entanto em meio a Pandemia da covid-19, não sabiam se iriam poder, além disso embaixadas e consulados brasileiros no exterior não estavam emitindo vistos. A Polícia Federal suspendeu a emissão do Registro Nacional de Migração (RNM) e do RNM provisório (para solicitantes de refúgio). Desse modo, muitos migrantes involuntários foram prejudicados, pois estavam no meio de seus processos de naturalização para poderem ter acesso a mais direitos (como ao voto).

Pontuada essas questões, outro aspecto que merece importância é a agudização das condições de trabalho como um impacto contundente para refugiados, no levantamento online realizada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) no qual 2.475 imigrantes internacionais responderam a pesquisa, ficou evidente que uma parcela significativa havia perdido o emprego. Antes da COVID-19, dos respondentes da pesquisa 1.184 dos imigrantes estavam trabalhando, depois da crise sanitária esse número caiu para 624 imigrantes. Para além dessa situação, a pesquisa aponta também uma condição de vulnerabilidade socioeconômica no qual é demonstrado que quase 60 % dos respondentes tinham a percepção de ganhar muito menos do que necessitam para sobreviver. (FERNANDES; BAENINGER; DEMÉTRIO, 2020)

As repercussões no campo da saúde e assistência social para a população de refugiados apontam ainda a existência de casos de xenofobia em serviços de saúde, também existe uma apreensão por parte dos refugiados, de não conseguir tratamento, e que se priorizaria os autóctones. Somam-se a isso, a não sistematização dos dados por etnia e nacionalidade realizado pelo Ministério da Saúde, se por um lado contribui para não gerar a associação entre risco epidemiológico e etnia por outro, gera dificuldades para compreender como COVID-19 tem impactado a saúde dos refugiados. Em relação à assistência social, ressalta-se o desafio para acessar o Salário Emergencial, uma vez que o aplicativo opera somente no idioma português, além de que os critérios de elegibilidade se mostram às vezes de difícil compreensão para os migrantes internacionais. Outra dificuldade experienciada é o fato de migrantes forçados portarem somente o Registro Nacional de Migração, o que inviabilizou abertura da conta virtual, parte do processo para conseguir receber o auxílio emergencial (MARTUCELLI, 2020; RODRIGUES; CAVALCANTE; FAERSTEIN, 2020; TEBAR; MACHADO, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos impactos sociais já eram sentidos pelos refugiados, com a deflagração da pandemia COVID-19, tem-se uma complexificação das condições sociais e de vida para os migrantes forçados e solicitantes de refúgio no Brasil. A partir dos trabalhos realizados, denota-se que mesmo o Brasil apresentando uma legislação dirigida para atender/proteger e assegurar direitos aos refugiados, houveram impactos negativos, se tem o fechamento de fronteiras, que excluiu venezuelanos, aumento do quadro de desemprego, acentuação dos casos de xenofobia e racismo, dificuldade de acessar serviços de assistência social, desorganização dos dados sobre a população de refugiados nos serviços de saúde. Com tudo, se faz necessários que as estratégias adotadas pelo Estado Brasileiro para mitigar o impacto da pandemia COVID-19 reconheçam as especificidades das populações que se encontram vulnerabilizadas, e desse modo construam formas reais e humanizadas que efetivem melhores condições sociais e de saúde.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

FERNANDES, Durval; BAENINGER, Rosane; DEMETRIO, Natalia. Inserção Laboral na Pandemia da Covid-19: Imigrantes do Brasil. In: FERNANDES, Durval; BAENINGER, Rosane (coord.) **Impactos da Pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil - Resultados de Pesquisa**. Campinas/SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - NEPO - UNICAMP, 2020, 689.p.

KABIR, Mahvish; AFZAL, Muhammad Sohail; AISHA, Khan; AHMED, Haroon. (2020,May/June). COVID-19 economic cost; impact on forcibly displaced people. **Travel Medicine and Infectious Disease**, 35, 101661.

MARTUCELLI, Patrícia Nabuco. How are refugees affected by Brazilian responses to COVID-19?. **Revista de Administração Pública** [online]. 2020, v. 54, n. 5 pp. 1446-1457.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública (Nota técnica n. 33)**. Brasil: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, 2020.